



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

“Vereador Rubens Xavier de Lima”

Estado de São Paulo

Rua Maurício Barbosa Tavares Elias, 314- 18150-000 – Ibiúna – SP., - Fone/Fax: (15) 3241-1266

www.ibiuna.sp.leg.br - e-mail: fale@ibiuna.sp.leg.br

303

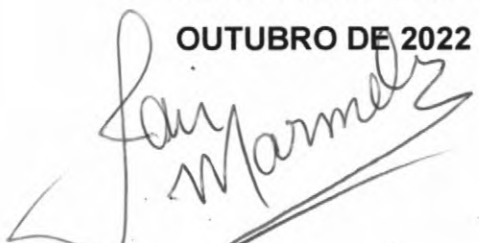
INDICAÇÃO Nº /2022

Indico a Mesa, dispensada as formalidades regimentais, seja a presente encaminhada ao **Chefe do Executivo Municipal**, para que o mesmo em contato com o setor competente, avalie a possibilidade de atender o pedido em anexo, cujo objetivo é requerer o adicional de insalubridade aos condutores de ônibus escolar e monitores escolar.

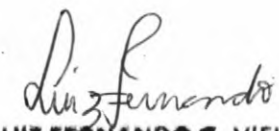
JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a presente indicação, tendo em vista que fui procurado por inúmeros funcionários da categoria que relatam o direito e solicitam tal reconhecimento.

**SALA DAS SESSÕES, VEREADOR RAIMUNDO DE ALMEIDA LIMA, EM 25
OUTUBRO DE 2022**


Paulinho Dias
Presidente


ARMELINO MOREIRA JÚNIOR
VEREADOR


LUIZ FERNANDO G. VIEIRA
LUIZ FERNANDO
“PIU”
VEREADOR


Ronie Von
Vereador PP


Razi Ap. D. S. Machado
Razi da Farmácia
Vereadora PSL


Fausto Dourado
Vereador


VOLNEI GALVÃO
VEREADOR

Vereador:
Armelino Moreira Júnior
Residencial Europa – Ibiúna – SP.
Fone: (15) 99716-2906


Walmin B. Junior

EXMO. SR. PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE
IBIÚNA - SP.

**REQUERIMENTO DE ADICIONAL
DE INSALUBRIDADE**

RODRIGO FRANCISCO DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, autônomo, portador do RG. nº 24.976.787-9, e do CPF/MF. nº 262.663.068-32, residente e domiciliado na Rua Domingues de Almeida Lima, 21, Bairro Rio de Una, Ibiúna, SP., CEP.: 18.150-000, abaixo assinado, vem à presença de V. Exa. **requerer o adicional de insalubridade aos condutores de ônibus escolar e monitores escolar**, pelos motivos a seguir expostos:

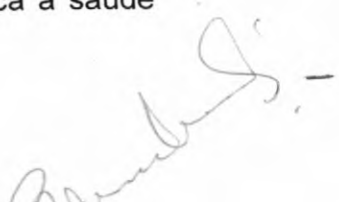
Primeiramente, cumpre informar que o requerente vem representando os condutores de ônibus escolar e monitores escolar, no intuito de requerer benefício à todos, como de direito é.

De acordo com o art. 189 da CLT, traz as condições de trabalho que exponha o trabalhador acima da tolerância fixada em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos, sendo que no art. 192 do mesmo diploma legal, trata do adicional ao trabalhadores expostos a essas situações, conforme abaixo se descreve:

Art. 189 - Serão consideradas atividades ou operações insalubres aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os empregados a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos.

Art. 192 - O exercício de trabalho em condições insalubres, acima dos limites de tolerância estabelecidos pelo Ministério do Trabalho, assegura a percepção de adicional respectivamente de 40% (quarenta por cento), 20% (vinte por cento) e 10% (dez por cento) do salário-mínimo da região, segundo se classifiquem nos graus máximo, médio e mínimo.

Para melhor entender, simplificadaamente, insalubridade é qualquer atividade exposta à atividades que prejudica a saúde do funcionário no seu dia a dia.



Ocorre, que tantos os condutores quanto os monitores, exercem suas funções dentro do ônibus escolar, com o seguinte horário: entrada as 6h e saída as 18h, sendo que entre os percursos realizados de manhã e a tarde totalizam aproximadamente 5h dentro do ônibus, sendo que os demais são períodos de intervalos entre percursos.

No entanto, no período em que os trabalhadores permanecem dentro do veículo, expõe-se tanto ao ruído alto quanto à vibração, causas autorizadas de concessão do adicional de insalubridade.

Segundo o Tribunal Superior do Trabalho (TST), no processo RR-11215-88.2015.5.03.0017, pessoas que dirigem ônibus devem receber adicional de **insalubridade para motorista por estarem expostos à vibração dos automóveis. Conforme jurisprudência daquela Corte:**

"a vibração suportada nas atividades de motorista e de cobrador de ônibus, situada na área/zona 'B' da ISO 2631/97, é superior ao limite de tolerância e, portanto, capaz de comprometer a higidez física do trabalhador".

Essa exposição à vibração se enquadra em grau médio e é prejudicial à saúde do motorista. Portanto, a insalubridade está comprovada na maioria dos casos, já que **os profissionais da área costumam trabalhar submetidos à vibrações e ruídos, que, como consequência, geram riscos à saúde.**

O direito do requerente e os demais funcionários da categoria, vem amparado principalmente na Constituição Federal, em seu art. 7º, XXIII, senão vejamos:

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:
XXIII - adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei;

Portanto, **o adicional de insalubridade para motoristas de ônibus é um direito porque a exposição à vibração traz malefícios à saúde do trabalhador**, podendo gerar doenças como artrose dos cotovelos, problemas de coluna, sensoriais e motores (adormecimento, formigamento), no sistema nervoso, etc., bem como problemas auditivo devido ao ruído.

Diante de todo o exposto, requer que seja acolhido este requerimento para que conceda o direito ao adicional de insalubridade aos condutores de ônibus escolar e monitores escolar.

Aproveito à presente para externar meus protestos de estima e elevada consideração.

Ibiúna, 24 de Outubro de 2022.

RODRIGO FRANCISCO DOS SANTOS

RG. nº 24.976.787-9

CPF/MF. nº 262.663.068-32

Egípcio de Jesus Amador Pereira
RG 42558367-3

Wagner da Silva
RG 23399031-8

Rodrigo Francisco dos Santos
RG 8540808-6

Douglas Rafael de Sousa Mendes
RG 38.277.130-8

Rogério

Luiz Lima Dias Santos

RG 42.155.083-1

Thom Lucas de Moraes

RG 52.009.975-8

Vanice Rodrigues de Moraes

RG 448.731.298-18

Paulo Eduardo Cardoso dos Santos

RG 144.216.188-70